PROF

Sindicato dos Professores MADEIRA

Diretor: FRANCISCO OLIVEIRA

XXXVII | N.º 98
SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
JAN/FEV/MAR2016 | 0,50€

Dois dias de debate em seminário na sede do SPM

Modelo alternativo ao da Escola a Tempo Inteiro

FOTO: NS

Tendo em vista um modelo o mais amplo e consensual possível na sociedade da Região, o SPM apresentou e aprovou, após uma discussão com especialistas e os professores, nos dias 19 e 20 de fevereiro último, uma proposta de debate para um modelo alternativo ao da Escola a Tempo Inteiro (ETI). Isto no contexto do seminário "A Escola a Tempo Inteiro: e se houvesse ventos de mudança?… Lançar sementes para o futuro", com a participação de Francisco Santos, ex-secretário regional da Educação, que liderou a implementação pioneira da ETI na Região, os docentes e investigadores universitários Ariana Cosme e Rui Trindade, bem como as professoras Lúcia Fernandes e Carla Teixeira

Págs. 4, 5, 6 e 7

Fenprof ouvida na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República

Regime de aposentação justo para a indispensável renovação geracional

A Fenprof esteve presente, no dia 16 de fevereiro, na Comissão de Educação e Ciência (CEC), a propósito da petição que reclama a adequação do regime de aposentação às condições e consequências do exercício prolongado da profissão docente. O ensejo foi aproveitado para a entrega de mais 1400 subscrições chegadas à Federação já após a entrega da petição na Assembleia da República, em dezembro passado.

A audição foi oportunidade para apelar aos grupos parlamentares para que tomem, com urgência, iniciativas no sentido do peticionado por cerca de 30 mil professores e educadores: um regime transitório que permita, de imediato e transitoriamente, o acesso à aposentação por parte de quem já acumulou 40 anos de serviço e de descontos; esta exigência é acompanhada da possibilidade de aposentação antecipada sem outras penalizações que não as que decorram do tempo de serviço efetivamente prestado, bem como a da abertura de negociações para uma adequação de fundo do regime de aposentação (36 anos de serviço).

Das intervenções dos grupos parlamentares (PSD, PS, BE, PCP e CDS) não resultou qualquer contestação aos fundamentos da petição, designadamente, ao reconhecido desgaste provocado pelo exercício da profissão, à defesa da dignidade dos docentes, ao interesse da questão colocada para a defesa da qualidade do ensino, incluindo aqui a necessária renovação geracional na profissão. BE e PCP revelaram acompanhar o sentido da petição e disponibilidade para desencadear iniciativas que a concretizem.

Na intervenção da deputada do PS, ficou a saber-se que o ME pondera abordar o problema da aposentação num quadro mais alargado de revisão do ECD.

Essa e outras referências feitas à necessidade de um enquadramento mais global para o tratamento da aposentação dos docentes, levaram a Fenprof a sublinhar a urgência da resolução de um problema que é premente na profissão e nas escolas, incompatível com eventuais dilações que decorram dos argumentos a favor de um enquadramento mais geral.

Mais, foi sublinhado que a adoção do regime transitório não carece de intervenções legislativas mais morosas como a de uma eventual revisão do ECD.

Questionada nesse sentido, a Fenprof reconheceu que as políticas que têm resultado numa crescente sobrecarga dos professores e num esforço, manifestamente insuportável, no exercício da profissão, têm agravado muito a exaustão dos docentes. Sendo medidas que também urge corrigir, tal não se substitui à matéria da petição que decorre do desgaste inerente ao desempenho desta profissão, como variados estudos confirmam e fica patente na situação de verdadeiro sofrimento que os sindicatos testemunham em muitas escolas e docentes.

Considerando que a questão da aposentação exige, de imediato, uma abordagem transversal, a Fenprof declarou a sua disponibilidade para, em outras fases, discutir especificidades e mecanismos de concretização que sempre serão de esperar em processos verdadeiramente negociais, por certo diferentes do que se verificou nos últimos anos.

Na CEC, a Fenprof transmitiu a elevada expetativa que os professores e educadores têm em relação a iniciativas legislativas que deem substância ao conteúdo da petição, afirmando ainda a convicção de que tal expetativa não sairá defraudada.

Aos professores e educadores cabe, agora, a tarefa de se manterem atentos aos desenvolvimentos no âmbito da sua aposentação, mantendo, também, disponibilidade para intervir e lutar em defesa das suas justas aspirações.

O Secretariado Nacional da FENPROF

Vouchers de oferta

Página 10

ipsis verbis

30% dos professores em *burnout*

«Durante três anos – entre 2010 e 2013 – uma equipa de investigadores do ISPA - Instituto Universitário inquiriu cerca de mil docentes que davam aulas a alunos do 2.º e 3.º ciclos mas também do ensino secundário.
No final, descobriram que 30% dos professores estavam em *burnout*.»

Jornal de Notícias, 2.fev.2016

Venha o orçamento decisivo

«A Educação é decisiva para o futuro da nossa Região na formação cívica e cultural das novas gerações.»

Miguel Albuquerque, Presidente do Governo Regional, JM 16.fev.2016

Resignação 1

«É difícil percebermos a resignação em que vivem tantos trabalhadores portugueses e a sua docilidade perante os exploradores. Mais difícil, ainda, é aceitar que trabalhadores que reconhecem a sua condição de explorados julguem que não vale a pena lutar pelos seus direitos inalienáveis.»
«Vale a pena lutar, sobretudo quando não temos dúvidas da justiça das nossas reivindicações.»

Francisco Oliveira, coordenador do SPM, Diário de Notícias da Madeira, 17.fev.2016

Resignação 2

«A resignação é uma das armas preferidas do diabo! Uma resignação que nos paralisa e que não só nos assusta mas que também nos faz recuar. Uma resignação que apenas nos impede de assumir os riscos e transformar as coisas»

Papa Francisco, no México, 16.fev.2016

Ensinar com alma e alegria faz a diferença

perfil

Rute Fernandes

Lecionar sempre com entusiasmo, profissionalismo e ter a certeza absoluta que fazemos diferença na vida das crianças

Alma e alegria são aspetos estruturais de um professor, segundo Rute Fernandes, docente do 3º Ciclo e Secundário há trezes anos, na Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro. Gostaria de ver a escola atualizada para os alunos de hoje, sendo necessário um espaço mais inclusivo que vá ao encontro das grandes mudanças de mentalidade, sociedade e evolução humana, quer elas sejam positivas ou negativas.

Em que circunstâncias decidiu ser professora?

Em primeiro lugar decidi a que qeria seguir e candidatei-me ao curso de Ciências do Desporto e Educação Física em Coimbra. Depois de finalizar os quatros anos de formação geral, fiz estágio pedagógico na Escola Secundária José Falcão na referida cidade. Percebi que queria trabalhar com as crianças e jovens, lecionar e fazer do ensino o meu futuro profissional. As áreas do treino desportivo e da educação tornaram-se as minhas prioridades até hoje e, se Deus permitir, até ao fim dos meus dias.

Refira as eventuais dificuldades sentidas na concretização dessa decisão.

Na altura vivia em Coimbra e concorri para lecionar, mas só consegui horários incompletos e ainda estava a fazer a tese de final de curso. Resolvi terminar a tese da melhor forma possível, na tentativa de subir a média final. Em 2002, concorri para a Madeira e fui colocada na Escola de São Roque, onde leciono até hoje.

Descreva a sua primeira aula enquanto docente.

Foi hilariante. Tinha 24 anos e fiquei com duas turmas de secundário. Ao chegarem os alunos ao ginásio deparo-me com 18 adolescentes maiores do que eu e fiquei um pouco assustada. Mas, como todos sabemos, em estágio as aulas são programadas e planeadas ao segundo e ao pormenor. Como gosto de reverter as coisas a meu favor, tentei fazer uma apresentação divertida da minha pessoa. Devo referir que correu bem, também porque na hora da apresentação dos alunos pedi-lhes que se caracterizassem pela positiva. No final, fiquei bem satisfeita apesar de alguns alunos terem ficado um pouco encabulados porque têm alguma dificuldade em encontrar as suas melhores qualidades.
Rimos bastante.

O seu melhor momento enquanto professora.

Já houve tantos, confesso.
No entanto, devo referir dois em especial. O primeiro quando estive doente e a minha direção de turma resolveu criar um álbum com dedicatórias de carinho, melhoras e contactos para nunca nos separarmos. O segundo quando um aluno, em resposta a um questionário, referiu que o modelo de professora ideal era ser como a professora Rute.

Voltaria, hoje, a escolher esta profissão?

Apesar das dificuldades e lutas diárias que enfrentamos, e do descrédito intencional que a classe sofre, voltaria sim, 100 vezes. Porque amo o que faço, os meus alunos e a escola é parte importante da minha vida.

Que requisitos considera necessários a um docente?

Vocação, dedicação, formação e disciplina diária.

As maiores influências para a sua prática profissional.

Sem dúvida os meus primeiros alunos e a minha orientadora de estágio.

O seu maior sucesso.

Lecionar sempre com a mesma alegria e profissionalismo e ter a certeza absoluta que faço diferença na vida das crianças que passam por mim. Até porque mantenho contacto com muitos deles ainda hoje e o *feedback* é bastante positivo.

Identifique os maiores problemas no Ensino e o que mudaria na Escola.

Sem nenhuma ordem específica, diria que a escola não está atualizada para os alunos de hoje, sendo necessário um espaço mais inclusivo que vá ao encontro das grandes mudanças de mentalidade, sociedade e evolução humana, quer elas sejam positivas ou negativas. É necessário rever os programas e trazer mais os encarregados à escola para que, em conjunto, o aluno seja, realmente, o cerne do nosso trabalho.

As condições de trabalho para se poder ensinar e realizar aprendizagens, com qualidade, na escola.

Melhores escolas e salas de aula com melhores condições para os alunos aí estarem.

Deixe uma mensagem aos seus pares.

Apenas pedir que ensinem sempre com amor, dediquem-se com alma e não desmotivem, porque cada aluno é um ser precioso que precisa de um bom professor, para se preparar para um presente e futuro difícil e incerto.

Sindicato dos Professores MADEIRA

Ficha técnica: Jornal **PROF**, trimensário de informação sindical | **Propriedade, redação e administração:** Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) | Calçada da Cabouqueira, n.º 22 – 9000-171 Funchal | Telefone: 291 206 360 | Fax: 291 206 369 | Página eletrónica: www.spm-ram.org | Rede social: www.facebook.com/SPmadeira | Email: spm@spm-ram.org | Skype: spmadeira | Messenger: spm@spm-ram.org | Youtube: www.youtube.com/user/spmadeira | **Diretor:** Francisco Oliveira | **Editor/Redator:** Nélio Sousa | **Conselho de Redação:** Comissão Executiva do SPM | **Cartoon:** Henrique Monteiro | **Paginação, grafismo e impressão:** Multiponto, S.A. | Periodicidade: trimestral | Tiragem: 4.000 ex. | O PROF está aberto à colaboração dos professores, particularmente os professores em exercício de funções na RAM, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de condensar ou não publicar, em função do espaço disponível e do Estatuto Editorial desta publicação. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

editorial

SPM marca a agenda em questões centrais da profissão docente

Francisco Oliveira, coordenador do SPM

O SPM fervilha de atividade, o SPM marca a agenda em questões centrais da profissão docente, o SPM está cada vez mais próximo dos seus sócios e, por isso, o SPM está a crescer.
Eis mais um número do nosso jornal Prof, onde se pode constatar a vitalidade contagiante do SPM, refletida em várias iniciativas que têm merecido a adesão da maioria dos seus sócios. Na verdade, são eles a luz que orienta o trabalho desta Direção e são eles que nos motivam nos desafios com que nos deparamos diariamente. São eles, também, que nos incitam a olhar para a frente e a abraçar causas que, embora não fazendo parte da agenda política para a educação, consideramos centrais na profissão docente. É o que acontece com a elaboração da Carta Ética do SPM, que esperamos venha a ser um documento orientador para toda a classe. Efetivamente, e após vários anos de debate e reflexão, o SPM é o primeiro sindicato de professores, a nível nacional, a avançar com a elaboração de uma Carta Ética. A agenda está definida e será cumprida: no passado dia 20 de novembro, anunciamos publicamente esse objetivo e abrimos o período de debate e auscultação, que se prolongará até julho, e faremos a sua discussão e aprovação – esperamos nós – no dia 5 de outubro, Dia Mundial do Professor e do 50º aniversário da publicação do documento internacional que fez desta data o dia da nossa profissão, referimo-nos à "Recomendação da Organização Internacional do Trabalho e da UNESCO Relativa ao Estatuto dos Professores". Que melhor forma de assinalarmos essa efeméride? Não podemos esquecer que a "Recomendação" foi o primeiro documento que assumiu que ser professor é uma profissão, sendo, por isso, justo que seja respeitada e remunerada segundo os melhores padrões internacionais. Além disso, a "Recomendação" é um dos documentos de referência orientadores da nossa Carta Ética e esta será uma forma de concretizarmos as suas orientações, nomeadamente quando afirma que "As organizações de professores deveriam elaborar códigos de ética e de conduta já que os mesmos contribuem grandemente para assegurar o prestígio da profissão e o cumprimento dos deveres profissionais segundo princípios aceites." (VII, 73).
Porém, não é só nesta questão que a agenda do SPM está em contraciclo com as preocupações dos governantes. Veja-se, por exemplo, dois casos concretos: aposentação e Escola a Tempo Inteiro (ETI). No primeiro caso, enquanto se tomam medidas para impedir as aposentações antecipadas, penalizando drasticamente quem o fizer, o SPM e a sua federação, a FENPROF, desenvolvem um conjunto de ações junto dos órgãos de soberania da nação para, fundamentadamente, exigirem um regime excecional para a aposentação dos docentes, porque o desgaste a que estão submetidos e a renovação geracional dos professores justificam que assim seja, comprometendo-se a médio prazo a qualidade da educação se se persistir nesta cegueira. No segundo caso, enquanto a opinião pública discute a possibilidade de alargamento da ETI até ao 9º ano, o SPM promoveu um encontro (agendado há vários meses) para se analisar e discutir o modelo que está em vigor e, a partir da reflexão e do debate, propor alterações que permitam que a ETI não redonde em mais atividades escolarizadas, transformando a escola em prisão para as crianças. Não se pode falar em alargamento sem se avaliar o que está a ser feito no Pré-Escolare no 1.º Ciclo.
O SPM tem, pois, um rumo próprio que procura responder às exigências dos alunos e aos direitos dos seus sócios e o retorno que tem recebido nas mais de 60% das escolas da RAM já visitadas no presente ano letivo mostra que está no caminho certo.

murro na mesa

Quem precisa de ser metido na ordem?

Muitas vezes, temos ouvido que o que faz falta aos professores é uma ordem. Fará, mesmo? Que fique bem claro: o SPM não receia, ao contrário do que alguns querem fazer crer, a criação de uma ordem de professores, até porque sindicatos e ordem coexistem em muitas profissões, como médicos e enfermeiros, o que prova que têm objetivos diferentes. Mais, o SPM está certo de que o seu papel na defesa dos professores sairia reforçado num contexto de coexistência com uma eventual ordem.

O SPM respeita esse anseio de alguns docentes, mas vê-o como uma mera quimera que redundará numa enorme desilusão, se alguma vez vier a ser concretizado. Na verdade, esta pretensão assenta num conjunto de pressupostos que nada têm a ver com a realidade docente e em muito desconhecimento do que é uma ordem. Repare-se que as ordens são instituições independentes do Estado que exercem funções (regulação da admissão e do exercício efetivo da profissão, competência disciplinar) que visam proteger os clientes dos abusos dos seus profissionais. No caso dos professores, é o Estado que tem a responsabilidade de regular a qualidade e o exercício profissional. Por isso, uma ordem de professores teria de ser feita à custa da transferência das competências do Estado e do esvaziamento de grande parte das suas responsabilidades na qualidade da educação.
Isto leva-nos à conclusão de que as ordens são imprescindíveis nas profissões liberais, para proteger os clientes, mas que não se justificam nas que estão devidamente reguladas por um estatuto próprio, são da responsabilidade do Estado e lidam com cidadãos e não com clientes, como no caso dos professores.
Além disso, há que ter em conta as razões históricas e a força reivindicativa dos sindicatos, pois, como afirmou o Dr. Brício Araújo, presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, num debate sobre os papéis das ordens e dos sindicatos, "Os sindicatos têm maior poder negocial".
Ordem de professores só se for para os desordenados!/Francisco Oliveira

Contributo para a construção de um modelo de Educação Global

Escola a Tempo Inteiro: um debate que se impõe

Sala cheia de professores nos dois dias do seminário do SPM sobre a Escola a Tempo Inteiro

A Escola a Tempo Inteiro é um projeto que, apesar de irreversível, urge transformar e melhorar

Uma das promessas mais desafiantes do Portugal democrático é a afirmação da Escola Pública como uma escola de inequívoca qualidade que se oferece a todos os que a frequentam. Este desafio de construção de uma escola que se pauta pelo princípio democrático de proporcionar a todos, e a cada um, um projeto de educação escolar amplo e credível, culturalmente relevante e socialmente justo, tem vindo a ser construído com avanços e recuos dependentes das políticas que, de forma mais ou menos arbitrária, têm vindo a comprometer a consolidação de uma escola para todos.

O projeto de construção de uma escola de massas, de matriz inclusiva, que contribua para a formação integral dos alunos que a frequentam, exige que se contrarie a matriz seletiva de uma escola de elites que acentua as diferenças culturais e exige, ainda, a promoção de uma oferta escolar tão desafiante como diversificada, que combata o acumular das desigualdades sociais ao ampliar as possibilidades educativas das crianças aprenderem mais e melhor.

A opção, por parte do Ministério da Educação e da Secretaria Regional da Educação, por um modelo de Escola a Tempo Inteiro que conjugou as atividades curriculares com as atividades de complemento curricular numa única matriz de natureza escolar comprometeu o desenvolvimento destas atividades a partir de outra racionalidade mais ampla e mais criativa, não escondendo a intenção deste prolongamento se constituir como um prolongamento das primeiras, acentuando o reforço da oferta escolar como uma panaceia para combater o insucesso escolar. Esta opção conduziu, desde o início da implementação do projeto da Escola a Tempo Inteiro (ETI), à hiper-escolarização das atividades desenvolvidas, em detrimento de outras oportunidades educativas mais diversificadas e mais significativas para o efetivo desenvolvimento integral das crianças.

Passados 20 anos do início do projeto na Região Autónoma da Madeira, é tempo de discutirmos o caminho percorrido, de enunciarmos vantagens, desvantagens, constrangimentos e possibilidades de um projeto que, apesar de irreversível, urge transformar e melhorar.

I – Contextualização da ETI na RAM

O projeto Escola a Tempo Inteiro nasce, na Região Autónoma da Madeira, em 1994 e é implementado, a título experimental, em 10 escolas no ano letivo 1995/96. Em agosto de 1998, é publicada a Portaria n.º 133/98, de 14/08, que veio regulamentar o seu funcionamento. Apesar de preconizar a formação integral das crianças e responder às suas necessidades educativas básicas, optou-se por um modelo de Escola a Tempo Inteiro que conjugou atividades curriculares com atividades de complemento curricular, constituindo-se estas como um prolongamento das primeiras. Esta opção conduziu, desde o início, à hiper-escolarização das atividades em detrimento de outras ofertas educativas mais diversificadas, mais criativas e mais significativas para um efetivo desenvolvimento integral que, teoricamente, se pretendia.

De experimental, rapidamente se passou à sua generalização, sem qualquer avaliação externa do projeto. Apesar de esta não ter sido feita, o mesmo foi alvo de uma avaliação interna, por um grupo nomeado pela Secretaria Regional de Educação, em setembro de 2004, avaliação essa que identificava algumas fragilidades e apontava algumas recomendações/sugestões que nunca foram tidas em conta.

O modelo vem a sofrer alterações decorrentes, sobretudo, de legislação publicada pelo Ministro Nuno Crato, que aprofunda a escolarização deste modelo de ETI, confirmando, exclusivamente, o alargamento da jornada escolar, nomeadamente através de:

– Imposição, a partir de 2012/2013, de tempos mínimos nas áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória, privilegiando as disciplinas ditas nucleares (Matemática e Língua Portuguesa);
– Supressão do tempo destinado à Área de Projeto, Estudo Acompanhado e Educação para a Cidadania;
– Adoção de uma nova nomenclatura, substituindo-se "áreas disciplinares curriculares" por "disciplinas de frequência obrigatória";
– Acréscimo da carga horária semanal, nomeadamente do Português, que passa de 7,5 horas para 8 horas semanais;
– Diminuição em duas horas do tempo dedicado ao Estudo do Meio, que passa de 5 para 3 horas semanais;
– Eliminação, em 2013/2014, das áreas curriculares não disciplinares, nomeadamente a Área de Projeto e Estudo Acompanhado, limitando-se a oferta à Educação para a Cidadania.

Este desenho curricular, imposto pelo Ministério da Educação, de afirmação do modelo do *back to basic* contribuiu, indiscutivelmente, para a homogeneização do modelo de Escola a Tempo Inteiro e teve como consequência o esvaziamento de algumas das especificidades e singularidades do modelo regional.

II – Contributo para a construção de um modelo de Educação Global

Foi Soeiro Pereira Gomes quem dedicou os "Esteiros" àqueles homens que nunca foram meninos. O que se passou, entretanto, para esquecermos como o tempo da infância é um tempo tão precioso quanto necessário? (Cosme &Trindade, 2007). É esta conceção de infância que se recusa bem como esta "Escola a Tempo Inteiro" que, na prática, tem como filosofia de base esta conceção.

O que fazer com um modelo que pensa as escolas e as comunidades educativas como se fossem uma só escola e uma só comunidade?

O que fazer com um modelo que, tentando responder a necessidades sociais inequívocas, cria mais problemas do que oportunidades educativas (desinteresse, cansaço, indisciplina, …)?

A Lei de Bases do Sistema Educativo preconiza, no seu artigo 2º, ponto 4 que "O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.".

Já relativamente à organização do sistema educativo, diz a mesma Lei, na alínea f) do artigo 3º, que ela deve "Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres".
Inspirado nestas orientações fundamentais, o Sindicato dos Professores da Madeira reafirma que nunca pôs nem põe em causa, nem a valência de ocupação dos tempos livres no seio das escolas nem a dimensão do apoio social às famílias. Aquilo contra o que o SPM sempre se bateu foi o alargamento apressado do tempo escolar, o qual veio contribuir para que os mesmos de sempre vissem a sua infância e a sua educação penalizadas pelo processo de crescente hiper-escolarização das suas vidas.
O que nos mobiliza, portanto, é a oportunidade de contribuir para a construção de um projeto que, respondendo às necessidades socioeducativas das famílias e das comunidades, entenda a infância como um ciclo de vida específico e singular.
A formação social da infância no mundo contemporâneo exige a previsão e a organização de oportunidades educativas que "possibilitem às crianças o desenvolvimento de modalidades específicas de representar, simbolizar e conferir inteligibilidade ao mundo onde se inserem" (Sarmento, 2004).
A infância é, hoje, reconhecidamente entendida como uma etapa do ciclo da vida humana que não pode ser abordada como uma etapa propedêutica dos ciclos subsequentes onde se antecipa a adultez.
O SPM não recusa que as escolas possam e devam alargar o conjunto das suas ofertas educativas. O que afirmamos é que é um risco e um contrassenso que as escolas alarguem, de forma explícita, o tempo de escolarização dos seus alunos. Como já defendemos anteriormente, as crianças não precisam de mais escola, mas sim de uma escola onde possam aprender melhor e onde possam experienciar e partilhar outras vivências mais gratificantes, mais significativas, mais solidárias, verdadeiramente potenciadoras do seu desenvolvimento global.
A conceção educativa e organizacional que o SPM prevê e defende é distinta do projeto (da Escola a Tempo Inteiro ainda em vigor) já que concebe a animação dos tempos livres das crianças a partir de uma outra perspetiva. Assim, as escolas transitariam ou aprofundariam a sua missão para a promoção de contextos que preveem a afirmação dos alunos, dos professores e dos animadores, como promotores culturais, valorizando outras experiências educativas que permitam a sua asserção, enquanto cidadãos no presente e no futuro.

III – Plano de Ação

O SPM propõe-se contribuir para a construção de um debate sólido e amplo sobre o Modelo de Escola a Tempo Inteiro que, desde há 20 anos, se desenvolve nas escolas da Região Autónoma da Madeira. Com o objetivo de discutir o caminho percorrido, de enunciarmos vantagens, desvantagens, constrangimentos e possibilidades de um projeto que, apesar de irreversível, urge transformar e melhorar, propomos o desenvolvimento de um debate alargado a toda a comunidade, convidando todos os agentes educativos que intervêm no âmbito da promoção, proteção e desenvolvimento da infância

Afirmação da Escola Pública como uma escola de inequívoca qualidade que se oferece a todos os que a frequentam

a contribuir para o debate e para o desenho de um modelo alternativo ao atual modelo de Escola a Tempo Inteiro.
O debate desenvolver-se-á em 3 fases, a saber:

- Início do debate interno do qual faz parte o Seminário "Escola a Tempo Inteiro – E se houvesse ventos de mudança?... Lançar sementes para o futuro", realizado nos dias 19 e 20 de fevereiro de 2016, no Funchal.
- Oficinas de formação e debate com vista à propositura de um modelo alternativo e consolidado à atual Escola a Tempo Inteiro que possa consubstanciar-se num modelo o mais amplo e consensual possível na sociedade da Região Autónoma da Madeira. Nestas oficinas, serão convidados a participar dirigentes dos sindicatos da FENPROF, Secretaria Regional de Educação, escolas, professores, associações de pais, encarregados de educação, académicos, grupos parlamentares, autarcas, associações culturais, recreativas e desportivas, tribunal de família e menores, comissões de proteção de menores, médicos, juízes, entre outros.
- Identificação e levantamento dos parceiros naturais das comunidades que, com as escolas, contribuirão para a implementação de um modelo que vise a Educação Global./NS

Outubro de 2015 a outubro de 2016

Calendarização da elaboração da Carta ética do SPM

No seguimento do debate profissional que vem sendo desenvolvido pelo SPM nas últimas décadas, a Direção decidiu encetar um processo de elaboração de uma Carta Ética expressiva do compromisso ético-deontológico dos professores, em conformidade com uma visão ampla da educação, da profissão, do sindicalismo e da ética profissional.
Recorde-se que a proposta surgiu nas Jornadas Pedagógicas do SPM, nos dias 20 e 21 de novembro último. Um contributo para assegurar o prestígio da profissão e o exercício dos deveres profissionais, em sintonia com os princípios que venham a ser acordados.

FOTO: Gregório Cunha

Princípios gerais que orientem a nossa conduta profissional e a relação com todas as entidades envolvidas na Educação

Francisco Oliveira esclareceu que «não se trata de um código deontológico». A explicitação dos comportamentos éticos dos professores é um contributo para reforçar o valor e prestígio da profissão docente, bem como da identidade da classe perante as atuais dificuldades, exigências, indefinições e inquietações profissionais.

1.ª ETAPA (outubro 2015 – julho 2016)

- Início do debate público – 20 novembro – Jornadas Pedagógicas.
- Constituição de um grupo de trabalho.
- Realização de cursos de formação intensiva sobre Ética Profissional, dinamizados por Isabel Baptista, UCP-Porto (fevereiro, 2016).
- Dinamização do processo de auscultação, debate.

2.ª ETAPA (julho – setembro 2016

- Redação da proposta do documento
- Discussão e aprovação interna (Direção e Delegados Sindicais).
- Discussão e aprovação em Assembleia Geral de Sócios (5 de Outubro de 2016).

Um papel social relevante na oferta de atividades para todos os alunos

ETI na democratização do acesso à escola e às oportunidades

FOTO: NS

Francisco Santos recordou que o lema subjacente à Escola a Tempo Inteiro foi «educação para todos à medida de cada um»

A abertura do seminário "A Escola a Tempo Inteiro (ETI): e se houvesse ventos de mudança?… Lançar sementes para o futuro", esteve a cargo de Francisco Oliveira, coordenador do SPM, em 19 de fevereiro, na sede do sindicato. Afirmou que os professores estão «preparados para tomar decisões e um rumo». O SPM não tem ainda uma posição formal e oficial sobre o alargamento da ETI ao 9.º ano, mas isso aconteceria após o debate nos dois dias do seminário. Contudo, deixou um sinal: «defendemos uma educação global e precisamos, para isso, de condições nas escolas para os professores poderem concretizar o que é decidido pelos governos.»
Reconhece que o alargamento da ETI é uma questão estruturante e que motiva opiniões e posições diferentes, pelo que aconselhou mais razão e menos emoção na abordagem do tema.
Teve depois lugar o Painel I sobre o "Enquadramento e avaliação do atual modelo de funcionamento das Escolas a Tempo Inteiro" com os preletores Lúcia Fernandes e Francisco Santos, ex-secretário regional da Educação. A moderação foi feita por Margarida Fazendeiro, vice-coordenadora do SPM, que recordou que não é a primeira vez que o sindicato promove o debate sobre o modelo da ETI, lembrando que esta organização de professores «sempre foi contra a ETI» enquanto sinónimo de «hiper-escolarização».

Satisfação em 2004

A professora Lúcia Fernandes realizou a primeira parte do enquadramento, com base no relatório do Programa de Acompanhamento Regional do Sistema Educativo (PARSE) sobre a ETI, de 2003-2004. Apresentaram-se as conclusões sobre este regime de escola implementado na Região em 1995-1996 e, apesar de algumas preocupações de professores e pais, a satisfação era então dominante.
A igualdade de oportunidades, o apoio social às famílias com o alargamento do horário, a alimentação e os transportes e a renovação do parque escolar são alguns dos aspetos positivos apontados.
A escolarização das atividades extracurriculares, o regime cruzado em dois turnos, o cansaço dos alunos e a diminuição do tempo de convívio familiar estão do lado das desvantagens.
Reconhecendo a democratização do acesso à escola e à igualdade de oportunidades, a preletora deixou esta nota: «É à escola que cabe a educação global? Pode ser, mas não deve.»

FOTO: NS

Francisco Oliveira: «defendemos uma educação global e precisamos, para isso, de condições nas escolas»

Pressupostos da ETI na RAM

Seguiu-se a intervenção de Francisco Santos, ex-secretário regional da Educação, que deu conta da contextualização histórica dos pressupostos e perspetivas que estiveram subjacentes ao modelo de ETI, um «fator de corte» e um desafio em termos «sociais e económicos».
Em 1992, a realidade de muitas escolas, em zonas interiores da Região, fruto de condicionalismos sociais e pedagógicos, valeu uns «sustos» a Francisco Santos. «Não era possível manter esta situação» de núcleos isolados, com poucos alunos e em espaços degradados. Havia que permitir uma outra socialização e trabalho pedagógico, em que se estreitasse a ligação entre o sistema educativo e o apoio social.
Tudo começou inspirado num programa dos EUA denominado "Success for all" (filho do "Nation at Risk"), de forma a propiciar o acesso à educação e ao sucesso escolar a todos. O lema foi «educação para todos à medida de cada um».

> O seminário do SPM integrou-se na presente campanha nacional da Fenprof intitulada "1.º CEB: caminhos para a sua valorização"

Adaptação a cada localidade

O desenho e a implementação da ETI foi assegurada por uma equipa liderada pelo ex-governante, em 1994-1995, que implicou envolver as comunidades locais, melhorar infraestruturas e equipamentos, melhorar transportes, alimentação e socialização, ajustar a rede escolar à nova realidade demográfica e acessibilidades, bem como desenhar as atividades extracurriculares em função das necessidades de cada localidade.
Aponta-se como negativo a escolarização de muitas dessas atividades extra, mas esse efeito Francisco Santos confessou não ter previsto. Como também nunca pensou no prolongamento da resposta social por via da ETI até ao 9.º ano de escolaridade, como neste momento se debate na opinião pública.

Evitar a «má prática»

Este seminário do SPM integrou-se na presente campanha nacional da Fenprof intitulada "1.º CEB: caminhos para a sua valorização". Estava prevista a intervenção de Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof, mas por razões de transporte aéreo viu-se impossibilitado de estar presente no evento.
No entanto, foi lida uma mensagem sua no auditório do SPM, em que chamou a atenção para a «forma como se organiza a resposta» social às famílias por parte da escola pública, para «não resultar numa má prática».
Alertou ainda que prolongar as atuais AECs (Atividades de Enriquecimento Curricular) até ao 9.º ano será um «desastre».
Esperava pelo contributo dos dois dias seminário no SPM para dar corpo às propostas da Fenprof junto do Ministério da Educação e das Secretarias Regionais de Educação./NS

FOTO: NS

Lúcia Fernandes enumerou as vantagens e desvantagens da ETI

FOTO: NS

Ariana Cosme: a resposta «urgente às famílias» é incontornável e a ETI respeita o princípio de «justiça e equidade social»

Assegurar o acesso a uma oferta cultural significativa

Recusa de uma «solução burocrática» e de «perfil homogéneo

Na manhã de 20 de fevereiro, segundo dia do seminário do SPM, "A Escola a Tempo Inteiro: e se houvesse ventos de mudança?… Lançar sementes para o futuro", os trabalhos iniciaram-se com o Painel II "Apresentação, discussão e definição das linhas orientadoras para um novo modelo" alternativo à Escola a Tempo Inteiro. Com Ariana Cosme, investigadora da Universidade do Porto, e Carla Teixeira, diretora da escola Visconde Cacongo no Funchal. A moderação esteve a cargo de Lucinda Ribeiro, dirigente do SPM.

Antes disso, Margarida Fazendeiro, vice-coordenadora do sindicato, apresentou à plateia a proposta de debate sobre um novo modelo alternativo à Escola a Tempo Inteiro (ver páginas 4 e 5 deste jornal), que viria mais tarde a ser alvo de debate e aprovação. Leu ainda uma mensagem de Manuel Micaelo, o coordenador nacional do 1.º Ciclo da Fenprof, impossibilitado de estar presente.

ETI desvirtuada

Carla Teixeira, decorrente da sua tese de mestrado sobre a ETI, apresentou as suas vantagens (enriquecimento da educação, sucesso escolar, contributo social, realização dos TPCs, interação social, vertente profissional dos docentes) e desvantagens (excesso de tempo na escola, hiper-escolarização, burocratização, cansaço, desinteresse, indisciplina, pouco tempo com a família, desresponsabilização dos pais e pouco tempo para brincar). A docente considera que se desvirtuaram os princípios da ETI e que se «cria a identidade de cada escola à custa de excesso de trabalho, sacrifício e carga horária dos docentes». Sublinhou a importância de todos terem oportunidade de acesso à oferta cultural.

Oferta educativa ampla

Partindo do conceito amplo de educação (não restrito à instrução), Ariana Cosme, certa que a escola e a educação podem mudar o mundo, explanou sobre a importância da medida chamada ETI, os seus riscos e a proposta alternativa ao atual modelo (escolas de educação integral ou global).

A resposta «urgente às famílias» é incontornável e a medida, na Madeira e no continente, faz todo o sentido por respeitar o princípio de «justiça e equidade social» por via de «ofertas educativas mais amplas» e para «todos». Até porque a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) já o preconizava (artigo 2.º, ponto 4) em 1986.

Sem sentido é o discurso contra as famílias alegando que se «querem descartar» dos filhos. Apesar dos riscos de desresponsabilização de algumas dessas famílias, o que importa é defender o interesse superior da criança.

Polo de interação cultural

A fim de contrariar o perigo da hiper-escolarização, as atividades extra não podem ter uma matriz escolarizante. Além dos mais, a ETI não pode ser uma «solução burocrática» e de «perfil homogéneo» para todas as escolas e municípios, porque é preciso dar espaço às «escolhas» locais.

A docente universitária defendeu que o acesso à cultura não deve ser apenas para as elites e que as famílias precisam da resposta social da escola. Daí o entendimento da escola como «polo de interação cultural», com duas valências: educação escolar, desenhada pelos programas e pelo currículo, e animação dos tempos livres, para vivenciar experiências tão significativas quanto formativas (explorar, relacionar-se, brincar, descobrir, produzir, apreciar e ser apreciado), em que se baixa o «ritmo acelerado e louco» da escola. Acrescentar mais horas e velocidade não é solução para melhorar a escola. Rematou com um alerta: esta é uma reflexão difícil, contraditória e que exige tempo.

FOTO: NS

Presença de três diretores regionais: Jorge Morgado, da Inspeção de Educação, Carlos Andrade, da Inovação e Gestão, e Marco Gomes, da Educação

Social subordinado ao educativo

Após o tempo de debate, e a aprovação do projeto do SPM para encetar o processo de construção de uma alternativa ao modelo da ETI, Rui Trindade, professor e investigador da Universidade do Porto apresentado por Rita Pestana, dirigente do SPM, proferiu a conferência de encerramento sob o título "A Escola e os seus compromissos sociais: Contributo para um debate que se quer mais urgente do que apressado". Aconselhou a Madeira a revisitar o seu «património de experiência» para pensar a escola de outra forma, depois de ter defendido que os «compromissos sociais» da escola devem estar «subordinados aos compromissos educativos, até para evitar o «transbordamento das funções da escola» (António Nóvoa) ou a «pedagogização dos problemas sociais» (José Augusto Correia). O contributo dos professores é fazer com que a escola se torne «culturalmente mais significativa».

Democracia pode ajudar

O investigador universitário do Porto caraterizou depois os projetos educativos de natureza assistencialista, os projetos que assumem a escola como espaço de redenção social dos mais desfavorecidos, os projetos de caráter (neo)meritocrático e os projetos de inspiração democrática.

Elege esta última abordagem porque, e citando Bourdieu, passa por nas escolas se tomarem «todas as medidas necessárias para dar aos mais desfavorecidos boas condições de formação» e, sobretudo, «contrariar todos os mecanismos que conduzam a colocá-los nas piores.»

Isto apesar do tempo «terrível» que se vive no mundo da globalização neoliberal, da crise do estado social e da precarização das relações laborais e do emprego. Está convicto de que a «democracia pode ajudar» a lidar com os problemas que o mundo nos coloca./NS

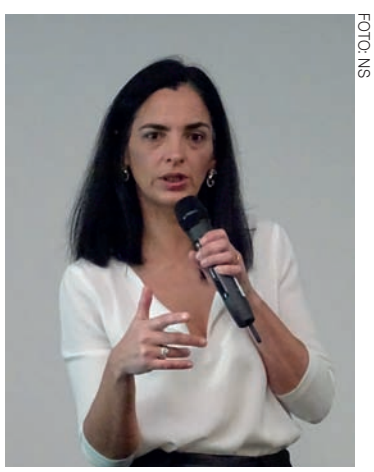


FOTO: NS

Carla Teixeira sublinhou a importância de todos terem oportunidade à oferta cultural

FOTO: NS

Rui Trindade: o contributo dos professores é fazer com que a escola se torne «culturalmente mais significativa»

Ao lado dos trabalhadores com independência sem cair no mero protesto a fingir que se dá voz

Sindicalismo propositivo para incutir mudança

FOTO: NS

Em épocas como a atual, em que se delapidam salários e direitos para alguns concentrarem a riqueza, os sindicatos têm um papel essencial na «defesa dos trabalhadores»

O coordenador do SPM, Francisco Oliveira, em 29 de janeiro, no auditório do SPM, introduziu a temática do seminário "Globalização, Educação e Sindicalismo", cujo objetivo foi «consciencializar» e proporcionar ferramentas para os professores «intervirem» no setor educativo e na sociedade, ao sublinhar o papel essencial dos sindicatos na «defesa dos trabalhadores». Ser sindicalista é a nobreza de «lutar pelo bem coletivo», como uma «armada preparada para o combate.»
As intervenções nucleares estiveram a cargo de dois especialistas: José Augusto Cardoso, sindicalista, e Rui Assis, jurista.

Conhecer o contexto

No sentido de munir os dirigentes, delegados sindicais e professores em geral do conhecimento sobre o contexto («como chegámos aqui?») e das ferramentas necessárias a esse combate, seguiu-se a intervenção de José Augusto Cardoso, que falou de "Trabalho, Sindicalismo e Transformações Sociais do Sindicalismo".
Este dirigente sindical e diretor do Centro de Formação do Sindicato dos Professores do Norte explanou toda a base ideológica e política do neoliberalismo (desregulação, concentração de riqueza, competitividade – mercadorização, prestação de contas – performatividade, privatização e individualismo) e, por contraponto, a base do modelo anterior: o liberalismo social-democrata (universalidade, distribuição de riqueza – Estado redistributivo, bem-estar social, combate às desigualdades, comunitarismo – solidariedade). Aquele modelo tem uma centralidade económico-financeira e este uma centralidade humana.

FOTO: NS

Francisco Oliveira: ser sindicalista é a nobreza de «lutar pelo bem coletivo»

> O modelo neoliberal tem uma centralidade económico-financeira e o modelo do liberalismo social-democrata uma centralidade humana

Políticas de libertação

Isto para perceber-se a forma como o mundo e a sociedade estão configurados, com políticas «desenhadas numa arena política supranacional e que chegam às escolas através de normativos», de modo a «contrapor a perda de direitos» imposta aos trabalhadores e a dar respostas às «transformações» presentes.
Daí José Augusto Cardoso entender que os sindicatos devem ser agentes de «políticas de libertação» de todos os que trabalham, sem voltar ao passado sindical «mitificado» nem se cingirem ao «mero protesto» como «ritual de luta» a «fingir que se dá voz», isto é, «na contestação pela contestação». Defende o sindicalismo «propositivo», que faça parte das «redes de pensamento e de ação», para ser capaz de incutir «mudança». E isso exige a «mais completa independência sindical».
A lógica neoliberal gera novas identidades, novas formas de interação e novos valores, que estão em todos os campos da atividade social e não apenas na economia ou no mercado. Algo que «muda quem somos» e a nossa «identidade social», ao ponto de as pessoas andarem a «fazer de conta» e a encenar que está tudo bem e normal, num destrutivo «autopoliciamento», em que deixam de se expressar e agir, a cair quase na «inação». Significa que não se dá espaço ao «ser ético autónomo ou coletivo».

Legislação que delapida direitos

Na parte da tarde, Rui Assis, especialista em direito administrativo, deu conta do "Quadro legal do emprego e do procedimento administrativo – alterações recentes", para se ter o panorama e o sentido do que, a nível da legislação laboral, se tem vindo a construir e a transformar, sobretudo em termos de delapidação dos direitos laborais.
Historicamente, os regimes profissionais privado e público eram dois «mundos diferenciados». Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, a evolução deu-se no sentido do regime privado se aproximar do público em termos de direitos laborais, com ganhos para aquele. A proteção da maternidade ou o estatuto do trabalhador estudante são exemplos de universalização para os trabalhadores.
A partir de dado momento, porém, com o Código do Trabalho de 2003, o regime público passa a aproximar-se e a incorporar a legislação laboral do privado, um regime com «pior proteção». Dito de outro modo, a «convergência tendencial» dos dois regimes passou a traduzir um nivelamento por baixo, com perda de direitos. É juntar o pior dos dois mundos. Há um processo de «osteoporose» do regime de trabalho em funções públicas, que tem a ver, por sua vez, com a descaracterização dos serviços públicos do chamado Estado Social.

FOTO: NS

José Augusto Cardoso: os sindicatos devem ser agentes de «políticas de libertação»

FOTO: NS

Rui Assis: é necessária uma defesa «substantiva» do ECD, para lhe dar «densidade»

Dar densidade ao ECD

No que toca aos professores, em particular, que têm o Estatuto da Carreira Docente, uma lei especial, devem afirmar a prevalência desta lei sobre as leis gerais e lutar para que o seu Estatuto não seja dissipado. Uma defesa «substantiva» do estatuto profissional próprio, para lhe dar «densidade» e evitar a sua «erosão», descaracterização e, no limite, a sua «desfiguração». No sentido de evitar a irrelevância e a adição de deveres para a classe docente. O Código do Procedimento Administrativo é outro diploma importante que potencia o «exercício quotidiano dos direitos».
E «só conseguimos exercer bem os direitos que conhecemos», rematou Rui Assis, advogado do Sindicato dos Professores do Norte./NS

Sempre a contrariar a apatia da classe face às questões sindicais

Da maratona da fundação do SPM às lutas do momento

O segundo dia do seminário "Globalização, Educação e Sindicalismo", em 30 de janeiro, iniciou-se com uma viagem às raízes históricas do SPM. Três gerações de sindicalistas fizeram as intervenções quanto ao Módulo III, "Sindicalismo docente na Madeira – o papel e a identidade do SPM": Adília Andrade, Rita Pestana e Margarida Fazendeiro. Na parte da tarde, teve lugar o Módulo IV, "O SPM como agente transformador da educação", com José Augusto Cardoso e a participação de Francisco Oliveira, este na qualidade de Coordenador do SPM.

FOTO: NS

Três gerações de sindicalistas deram conta da história do sindicalismo docente na Madeira, com destaque para o papel e a identidade do Sindicato dos Professores da Madeira

Identidade do SPM

Baseada na sua «experiência e vivência» do sindicalismo docente na Região, com vinte anos de participação nos corpos gerentes do SPM, Adília Andrade fez uma análise dos aspetos mais importantes para a constituição da identidade do SPM. Definindo-se como «soldado raso» que «aprendeu na tarimba», a atual delegada sindical do setor dos Professores Aposentados destacou o «entusiasmo, a dedicação, a dádiva, a muita vontade de aprender e a persistência» como valores caracterizadores dos primeiros anos do SPM.
Adília Andrade abordou os elementos identificativos do SPM (símbolo, bandeira, boletim informativo "Prof", sedes e a adesão à Fenprof e à CGTP-IN) e a constituição, implantação e afirmação ao longo de 38 anos, sem esquecer uma abordagem de uma «singularidade» do sindicato: o Departamento dos Professores Aposentados. Em 1992, esta era uma estrutura «sem paralelo» nos sindicatos da Fenprof. Neste momento, 17% dos sócios do SPM são professores aposentados.

Afirmação lenta e a pulso

Numa época em que se assiste à «banalização do sócio do sindicato», é importante recordar as movimentações para a criação do SPM, quando era ainda proibido formar tais estruturas no país. Na Madeira, onde a fase organizativa foi mais lenta («longa maratona»), as primeiras diligências tiveram lugar após o 25 de Abril, tendo-se reunido 300 professores do ensino primário no Ateneu do Funchal em 19 de Maio de 1974, para criar uma organização pró-sindical. Só em 12 de março de 1978 foi legalizado o SPM (então SPZM – Sindicato dos Professores da Zona da Madeira) em assembleia constituinte. Os estatutos tinham sido aprovados no Liceu Jaime Moniz, aos sábados durante dois meses – alguns artigos mereceram muito debate e «grandes discussões». Existiam então cerca de 2.500 professores na Região.
Seguidamente, abordou a fase da implantação e afirmação do sindicato até 1987, a primeira eleição dos corpos gerentes verificou-se em dezembro de 1978, em que contou com muitas dificuldades. Entre elas, o preconceito social contra o sindicalismo («olhado como desconfiança e temor por certos setores» por haver a «conotação com a esquerda»); a apatia quase generalizada da classe face às questões sindicais; o desrespeito do Governo Regional pelos direitos sindicais, que criou «obstáculos imensos» à ação sindical; e o mutismo da comunicação social, que não difundia as iniciativas do SPM nesse período.

Trabalho no terreno e reconhecimento

Contudo, com «luta persistente e resiliência» a direção mobilizou os professores, desmontou preconceitos, levou a cabo uma insistente informação direta aos sócios nas escolas, estudou a legislação e ganhou confiança juntos dos professores, graças também à ação de «dedicados» delegados sindicais. De 300 sócios na fundação, contava com 1.182 volvidos três anos. O primeiro congresso, em 1985, demonstrou a capacidade de mobilização do sindicato e o contribuiu para o seu «reconhecimento» .
Rita Pestana, dirigente do SPM desde 1984, cuja «partilha» da experiência constitui um «passar de testemunho», começou por apelar à união dos professores e à valorização do «património das conquistas» dos professores através do sindicato. Nesse sentido, lembrou os combates árduos, nas várias fases e com lutas de anos, incluindo uma greve de uma semana, para chegar ao Estatuto da Carreira Docente (ECD) e à gestão democrática das escolas, graças à ação e propostas da Fenprof e dos seus sindicatos. Luta pela gestão democrática das escolas que «está aí» de novo, avisou.

Lutas do passado e do presente

O Estatuto e a Gestão são temas em cima da mesa a que Margarida Fazendeiro, vice-coordenadora do SPM, votou atenção, recordando que o combate pela gestão democrática se iniciou na Região Autónoma da Madeira com a contestação ao diploma regional 4/2000/M, que colocava em causa a democraticidade e representatividade nos órgãos de gestão das escolas. E assim o Governo controla as direções. O Tribunal Constitucional viria a chumbar essa lei, mas o atual Governo Regional tem previsto no seu programa a introdução de mudanças. Quanto ao ECD, é preciso «defendê-lo com unhas e dentes» e conferir-lhe «substância», afirmou a vice-coordenadora, isto de modo a «salvaguardar o exercício da profissão».
A criação do Centro de Formação do SPM, em 1993, foi outra luta do SPM em destaque na intervenção de Rita Pestana, para ministrar formação contínua aos docentes, um direito destes, embora a função primordial do sindicato seja a «luta reivindicativa em defesa da classe docente».
Às frentes de luta do ECD e da Gestão, Margarida Fazendeiro adicionou uma outra: a Avaliação (do desempenho docente), que deve integrar o articulado do Estatuto. Denunciou ainda o caminho que a tutela pode ter a tentação de trilhar na Madeira no sentido de «coartar» a ação dos sindicatos, por via da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Se se «limita e retira força à ação do SPM, retira-se força aos professores», alertou.

Ação sindical do SPM

"O SPM como agente transformador da educação" foi o tema da abordagem na parte da tarde, com Francisco Oliveira, coordenador do SPM. Abordou o perfil do dirigente sindical, a função primordial do SPM como sindicato e as suas demais competências: a defesa judicial, a representação em processos de negociação, o alerta para questões profissionais, formação profissional, informação e apoio aos docentes, emissão de pareceres sobre novas propostas legislativas na área docente. Depois de diferenciar um sindicato de uma associação, terminou com a apresentação de toda a equipa da direção, as suas funções específicas, as regalias aos sócios, a recuperação de cerca de 50% da quota paga em sede de IRS, a participação na Fenprof e CGTP-IN e o plano de atividades do presente ano./NS

Numa altura em que se assiste à «banalização do sócio do sindicato», é importante recordar os esforços para a criação e credibilização do SPM

FOTO: NS

Resoluções aprovadas na Assembleia da República abrem caminho

Combate à precariedade no Ensino Superior

Na segunda semana de fevereiro foram discutidas e aprovadas, em sessões plenárias da Assembleia da República, projetos de resolução do BE, PCP e PS que recomendam ao governo o alargamento do período transitório previstos nos estatutos de carreira no Ensino Superior, bem como a aplicação da diretiva comunitária sobre vinculação e remunerações. Este foi um passo importante. Outros se seguirão.

Sendo diferentes e havendo necessidade de uniformizar o teor da recomendação, as resoluções aprovadas transitaram para a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência para que seja consensualizado um texto de resolução comum.

É normal ser assim e ainda recentemente aconteceu o mesmo em relação a outra matéria e com resultados finais positivos.

No dia em que se debateram os projetos de resolução, foi discutida em plenário a petição que a Fenprof promoveu e que recolheu mais de 4.000 assinaturas. Essa foi uma importante iniciativa destinada a recolocar o assunto na agenda parlamentar, tendo levado aqueles três partidos a apresentarem os seus projetos de resolução.

O SPM, que integra o Departamento do Ensino Superior e Investigação na Fenprof, perspetiva a aplicação/adaptação das medidas aprovadas ao Ensino Superior da RAM.

O SPM tem ações previstas no âmbito do Ensino Superior na RAM, com o jurista Rui Assis, que serão divulgadas em breve

100IGUAL Snack-Bar & Restaurante

(Caniço)

Na compra de uma francesinha oferta de outra

291613950

www.facebook.com/francesinhas100igual

(condições: intransmissível e não acumulável com outras promoções ou descontos | validade: até maio 2016 | mediante reserva e apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

AUTO LAVAGEM SÃO JOÃO (Funchal)

1ª lavagem 10% e segunda lavagem 20% de desconto

291 742 920

https://www.facebook.com/lavagemsaojoao/

(condições: intransmissível e não acumulável com outras promoções ou descontos | validade: até maio 2016 | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

Bioforma®

Voucher 5€ na compra de 20€ 1 Voucher 10€ em compras superiores a 30€

291282074 - 919417888

http://www.bioformaonline.com

(condições: intransmissível e não acumulável com outras promoções ou descontos | validade: até maio 2016 | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

MADEIRA Catamaran

Sorteio (entre os sócios participantes nas celebrações oficiais do 38.º aniversário do SPM, dia 12 de março) de 2 viagens às Ilhas Desertas

963 796 860

https://www.facebook.com/madeiracatamaran

(Funchal)

Vale de 5€ de desconto numa compra superior a 40€ em artigos de PetShop e alimentação fisiológica | Vale de 15€ para descontar numa compra superior a 100€ em artigos de PetShop e alimentação fisiológica.

291627498 - 963500310

https://www.facebook.com/clivetsantateresinha

(condições: intransmissível e não acumulável com outras promoções ou descontos | validade: até maio 2016 | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

(Funchal)

SUNSET — BELEZA & ESTÉTICA —

Oferta da segunda aplicação ao aplicar unhas de gel/verniz

962 633 833

https://www.facebook.com/sunset36b

(condições: intransmissível e não acumulável com outras promoções ou descontos | validade: até maio 2016 | mediante marcação apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

Cartonada PAPELARIA TÉCNICA

(Funchal)

Desconto de 20% para valores de compras superiores a 20€

291 225 294

https://www.facebook.com/cartonada

(condições: intransmissível e não acumulável com outras promoções ou descontos | validade: até maio 2016 | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

fresh body

(Caniço)

Na compra de um tratamento de fotodepilação de 29€ oferta de 1 tratamento de fotodepilação nas axilas (10€)

911556013 - 291105544

http://www.freshbody.pt

(condições: intransmissível e não acumulável com outras promoções ou descontos | validade: até maio 2016 | mediante marcação apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

SUPER SÃO ROQUE

Desconto de 5€ numa compra superior a 20€

291 741 577

https://www.facebook.com/São-Roque-Super-346184602233574/

(condições: intransmissível | validade: até maio 2016 | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

(Funchal)

15% de desconto em artigos com IVA a 22%

Chafariz Farma 291203930 ; Farmácia São Martinho 291721190; Farmácia Confiança 291222528

(condições: intransmissível e não acumulável com outras promoções ou descontos | validade: até maio 2016 | mediante apresentação do cartão de sócio do SPM e respetiva identificação)

12.º Congresso Nacional dos Professores em 29 e 30 de abril

SPM marca presença através de 39 delegados

O 12.º Congresso Nacional dos Professores terá em conta o atual quadro político e apresentará propostas para o rentabilizar a favor dos professores

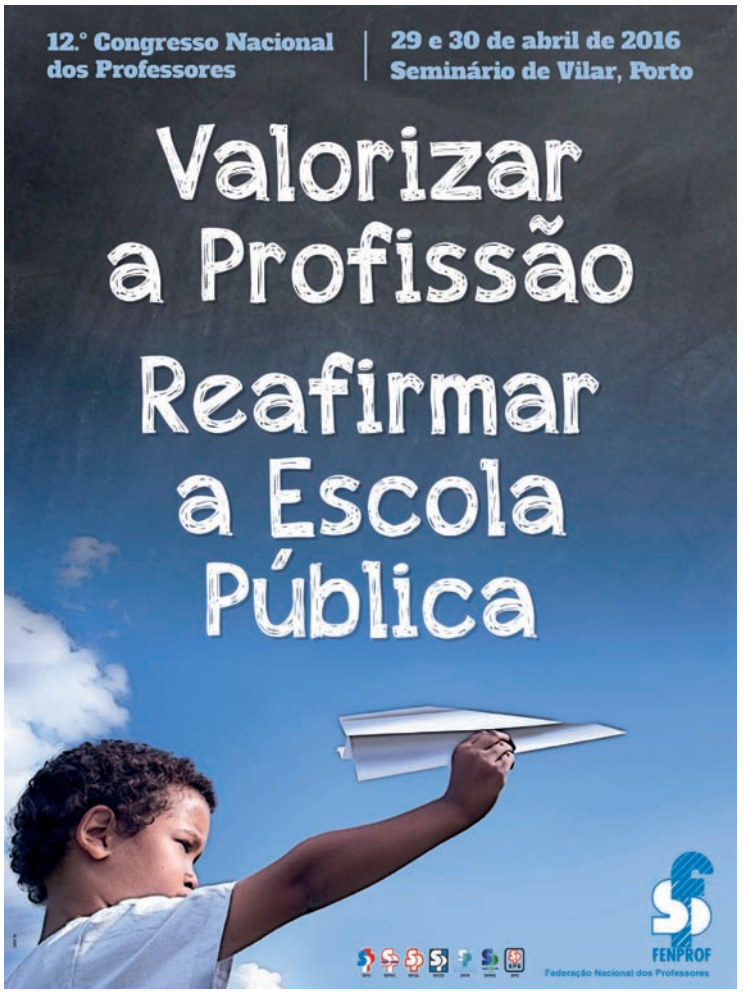
Nos dias 29 e 30 de abril decorre, no Porto, o 12.º Congresso Nacional dos Professores, sob o lema "Valorizar a profissão docente, reafirmar a escola pública". O SPM marca presença com 39 delegados. O Seminário de Vilar, próximo do Palácio de Cristal, acolhe esta reunião do órgão deliberativo máximo da Fenprof. Com vista para o rio Douro e o Oceano Atlântico, é um espaço propício para a discussão e troca de ideias. Para além de um excelente auditório, com capacidade além dos mil lugares, o Seminário tem ainda um conjunto de espaços muito importantes para um bom funcionamento de todos os serviços necessários à realização do Congresso, bem assim como uma valência de hotel e de restauração.

Este 12.º Congresso Nacional dos Professores terá a participação de 640 delegados, sócios dos vários sindicatos constituintes da Fenprof - os Sindicatos dos Professores da Região Açores (SPRA), no Estrangeiro (SPE), da Grande Lisboa (SPGL), da Madeira (SPM), do Norte (SPN), da Região Centro (SPRC) e da Zona Sul (SPZS). Destes 640 delegados, 555 serão eleitos e 85 por inerência (os membros do Conselho Nacional). Significativo também é o número de convidados, nacionais e estrangeiros, correspondendo estes a mais de cinco dezenas de organizações de docentes de todos os cantos do mundo.

Os trabalhos de preparação e organização do Congresso (da responsabilidade do Conselho Nacional, do Secretariado Nacional e das Direções dos Sindicatos filiados) já estão em andamento, tendo sido já tornados públicos o seu Regulamento de Funcionamento (JF n.º 280, de novembro de 2015), bem assim como os Regulamentos regionais de todos os SPs para a eleição de delegados (JF n.º 281, de fevereiro 2016). O prazo para entrega de propostas globais sobre o Programa de Ação para o triénio 2016/2019 e sobre a revisão dos Estatutos da Fenprof terminou no passado dia 5 de fevereiro.

A divulgação dessas propostas, bem como do Regulamento de Funcionamento do Congresso foi feita dentro do prazo estabelecido (5 de março). As propostas específicas de alteração e de adenda aos documentos referidos deverão ser enviadas aos respetivos Sindicatos até 16 de abril.

Com a alteração do quadro político e da governação, há perspetivas de mudança quanto ao futuro e o Congresso não deixará de o rentabilizar a favor dos professores. Os delegados, após debate aprofundado nos dois dias de trabalho, apresentarão propostas e conclusões que contribuam para "Valorizar a profissão docente, reafirmar a escola pública". JB/NS



Auditório principal do Seminário de Vilar com capacidade instalada para 1278 lugares sentados

Plenários concelhios e setoriais até 14 de abril

Eleição de delegados da RAM

São realizadas centenas de reuniões em escolas de todo o país para a eleição de centenas de delegados ao Congresso. De acordo com o regulamento publicado no Jornal da Fenprof (JF) n.º 281 de fevereiro de 2016, página 33, o SPM procede à eleição dos 39 delegados ao 12.º Congresso Nacional dos Professores, por concelho e setor. A regularização da inscrição de todos os delegados é feita até 22 de abril, junto do Secretariado Nacional da Fenprof.

DATA	CONCELHO	LOCAL DA REUNIÃO	HORA
04/04/2016 (2.ª feira)	SANTANA PORTO MONIZ SÃO VICENTE MACHICO	Escola Bás. Sec. Bispo D. Mel F. Cabral Escola Bás. Sec. Porto Moniz Escola Bás. Sec. D. Lucinda Andrade Escola Bás. Sec. Machico	10h30 10h30 15h00 15h30
05/04/2016 (3.ª feira)	CALHETA PONTA DO SOL	Escola Bás. Sec. Calheta Escola Bás. Sec. Ponta do Sol	10h00 15h00
08/04/2016 (6.ª feira)	Rª BRAVA Cª LOBOS	Escola Bás. Sec. Padre Manuel Álvares Escola Bás. 2.º e 3.º Ciclos do Carmo	10h00 15h00
11/04/2016 (2.ª feira)	PORTO SANTO	Escola Bás. Sec. Prof. Dr. Francisco F. Branco	16h00
12/04/2016 (3.ª feira)	SANTA CRUZ FUNCHAL	Escola Bás. Sec. Santa Cruz Auditório do SPM	10h30 17h30

DATA	SETOR	LOCAL DA REUNIÃO	HORA
13/04/2016 (4.ª feira)	Superior	Universidade da Madeira	14h00
14/04/2016 (5.ª feira)	Aposentados Licença+Desempregados+Extra Escola Particular (Cooperativo e Profissional)	Sala de Conferências SPM	15h30 16h30 18h30

Criação de emprego tem um peso fundamental na fixação das pessoas

Escolas especializadas em áreas profissionais

Na Tertúlia em Santana, no dia 15 de janeiro de 2016, sob o tema "A adaptação do currículo à realidade local", foi consensual não só a necessidade dessa adaptação do currículo ao contexto dos estudantes, bem como as escolas se especializarem em áreas profissionais de acordo com as apetências e potencialidades de cada concelho ou localidade. Uma questão que fora abordada também na tertúlia inaugural em São Vicente. Mereceu ainda consenso que a «criação de emprego» tem um peso fundamental na fixação das pessoas nas localidades de origem. Mais do que tudo o resto.

FOTO: NS

Francisco Vasconcelos, Élia Gouveia, Glória Gonçalves e Rui Moisés foram os oradores convidados

Adaptar localmente

Com moderação a cargo de Rita Pestana, dirigente do SPM, a primeira intervenção foi de Glória Gonçalves, professora na Universidade da Madeira das disciplinas Teoria e Desenvolvimento Curricular e Intervenção Comunitária, que defendeu a adequação do currículo aos diferentes contextos, como preconizava a Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada em 14 de outubro de 1986. Tal veio trazer, inclusive, mudanças pedagógicas na sala de aula e fora dela, nomeadamente no incremento do trabalho colaborativo entre os professores. A docente universitária encara o currículo nacional como «fio condutor», sendo possível «adaptar localmente», isto é, conciliar das duas vertentes: o nacional e o local.

O objetivo é aproveitar as vivências dos alunos, o que é «mais significativo para eles», e, a partir daí, chegar ao currículo nacional. Ao fim ao cabo, uma questão do ângulo de abordagem do processo de ensino-aprendizagem, que tem a ver com a corrente pedagógica que coloca a centralidade no aluno e nas suas vivências. Compreende-se ainda a centralidade conferida ao trabalho colaborativo entre as escolas/docentes e a comunidade alargada. Isto tendo também como meta a formação de «cidadãos ativos e interventivos» nas suas comunidades: «é assim que se desenvolve a nossa terra», rematou Glória Gonçalves.

FOTO: NS

Cerca de 40 pessoas participaram no evento em Santana

Especializar oferta

O professor Francisco Vasconcelos, coordenador de Outras Modalidades de Formação na Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral, defensor da adaptação curricular, foi mais longe: possui a convicção que as «escolas especializadas em áreas profissionais» consoante as localidades e contextos, em vez de as «escolas oferecerem todas o mesmo», seria uma boa estratégia. Inclusive para resolver o problema na formação de turmas com o número mínimo de alunos.

Considera que podemos tirar partido da experiência adquirida na Região na formação profissional, num momento em que a Secretaria Regional procura aumentar a oferta de cursos profissionais.

Defendeu a existência de outras modalidades de formação para quem não quer prosseguir estudos.

Este docente da Escola Básica e Secundária Bispo D. Manuel Ferreira Cabral e Élia Gouveia, vereadora com o pelouro da Educação na Câmara Municipal de Santana, coincidiram quanto à questão sensível da «criação de emprego».

Esta preletora reconheceu que o incentivo à natalidade proporcionado pela autarquia é «insuficiente» para reverter a saída das pessoas. Francisco Vasconcelos referira que, «mais do que todos os apoios», à natalidade, aos estudantes, entre outros, é a «criação de emprego» o aspeto fulcral. Daí defender «apoios à criação de emprego», tanto por parte da iniciativa privada como pelas entidades públicas (estratégia partilhada por Rui Moisés, presidente da Associação Santana Cidade Solidária, na conjugação de esforços para o desenvolvimento local). Isto porque as pessoas emigram mesmo com níveis elevados de qualificação.

Perspetiva de emprego

Neste âmbito, a vereadora com o pelouro da Educação na Câmara Municipal de Santana sublinhou que é difícil motivar os jovens para a formação e qualificação «se não têm perspetivas de emprego».

Testemunhou que hoje se nota um «maior envolvimento» das escolas com a comunidade, reconhecendo que, perante «novas realidades», os professores têm de encontrar novas respostas e se adaptarem.

Rui Moisés, além de apelar para um «acordo de Estado» para haver estabilidade e coerência das políticas no setor da educação, considerou fundamental o planeamento da formação e qualificação profissional. Antes de abrir cursos. Porque «não pode ser apenas o que as pessoas querem e gostam», isto é, sem verificar se «têm saída» em termos de mercado de trabalho. «Realismo» comungado por Élia Gouveia já que o currículo terá de se adaptar às «necessidades que temos».

Gosto na escolha da formação

Francisco Vasconcelos, por seu lado, defendeu a conciliação entre a realidade local e as «preferências dos alunos», enquanto a docente da Universidade da Madeira, perante a evidência de que a formação inicial não garante emprego para a vida, as pessoas devem «escolher a formação de que gostam» – e a partir daí fazer outras formações mais específicas ou especializações consoante o percurso de vida e profissional de cada um.

O presidente da Associação Santana Cidade Solidária, para quem é possível fazer a adaptação curricular às necessidades locais, neste caso da população de Santana, dando como exemplo cursos no âmbito da Rota da Laurissilva e no apoio à terceira idade, chamou a atenção para o facto de que há «outras competências fundamentais além da competência técnica».

E que a formação deve conciliar o local e o global, já que somos cidadãos do mundo, posição partilhada por Glória Gonçalves. Rui Moisés, deixou, por fim, uma nota positiva sobre o futuro, sendo preciso, além de «acreditar e trabalhar mais», uma estratégia global, que envolva instituições públicas, empresários e escolas, para o desenvolvimento local./NS

Reduzir ao máximo os alunos inscritos com NEE é a regra atual

FOTO: NS

O professor de Educação Especial está sozinho face a problemas cada vez maiores e complexos

FOTO: NS

A redução do número de alunos nas turmas com crianças com NEE é «só no papel»

A Educação Especial foi o tema da Tertúlia na Zona Oeste (Calheta, Ponta de Sol, Ribeira Brava) no passado dia 19 de fevereiro, no restaurante O Cantinho do Lugar de Baixo. «Quem passa pela Educação Especial não sai igual», referiu Maria José Camacho, professora da Universidade da Madeira das disciplinas de Necessidades Educativas Especiais, Inclusão e Reinserção Social, a dar conta da experiência intensa e marcante neste setor educativo.
Os outros oradores convidados foram Helena Paula Freitas, docente de Educação Especial que abordou as questões da qualidade nesta área, e Rui Vasconcelos, neuropediatra e especialista pediátrico nas necessidades especiais, que deu conta das problemáticas dominantes como as dificuldades de aprendizagem e os problemas comportamentais. A moderação esteve a cargo de Ester Vieira, docente de Educação Especial.

50 anos na RAM

A passagem do enfoque nas «diferenças» para as «potencialidades» aconteceu graças às pessoas descontentes com os rótulos fechados e os preconceitos face às pessoas com necessidades educativas especiais (NEE), salientou Maria José Camacho, ao fazer um historial da Educação Especial, que na Madeira e tem cerca de cinquenta anos e tem acompanhado as evoluções internacionais. O arranque coincidiu com os primeiros professores especializados na área da surdez, entre eles o professor Eleutério de Aguiar. O Instituto de Surdos data de 1965 e a Quinta do Leme abriu três anos depois.
A segregação por categoria de deficiência deixou, entretanto, de ser uma resposta adequada e apostou-se, desde os anos 70, na «intervenção precoce» para despiste das crianças com NEE. Surgiu a Declaração de Salamanca, resolução das Nações Unidas de 1994, e a criança, independentemente da sua problemática, passa a integrar a sua comunidade e a escola regular de origem, porque é uma «melhor resposta do que a institucionalização».
A inclusão foi-se então construindo orientada por decisões e recursos que lhe foram dando corpo. Concluiu sublinhando que a «inclusão é possível» e vale a pena indagar aquilo que podemos fazer nesse sentido.

Qualidade posta em causa

Como a família e o meio ambiente são fatores de aprendizagem, a integração das crianças no ensino regular é vantajoso. Contudo, há famílias com as quais o docente de Educação Especial tem dificuldades em estabelecer a relação com a família, que por vezes espera que o professor seja um «cuidador» e a escola vista como «assistencial». Há respostas que se fazem, muitas vezes, «à custa do sacrifício do professor» especializado. Daí ser fundamental o «trabalho colaborativo» com os professores do ensino regular.
Helena Paula não tem dúvidas que é «cada vez mais difícil» ser professor de Educação Especial, em que está «sozinho» face a problemas maiores, e alertou que incluir não é só colocar o aluno na sala de aula. É preciso alternativas curriculares, pedagogias diferenciadas, aprender em contexto e condições ao nível da redução do número de alunos nas turmas com NEE, que é «só no papel», bem como espaços e materiais para trabalhar individualmente com as crianças. Chamou a atenção para «novas formas de rejeição», sendo necessária uma nova cultura escolar e equipas multidisciplinares.
Contudo, neste momento a «regra é diminuir ao máximo» os alunos inscritos com NEE.

48% são dificuldades de aprendizagem

O neuropediatra Rui Vasconcelos começou por dar conta de que entre 10% e 12% das crianças em idade escolar têm NEE. Entre as várias tipologias predominam, com 48%, as dificuldades de aprendizagem, 22% destes casos resultam de problemas de comunicação, e depois surgem os problemas intelectuais e, por fim, os comportamentais.
As dificuldades de aprendizagem têm a ver com problemas neurobiológicos e a forma como a pessoa processa a informação, na origem de perturbações da fala, da escrita, do cálculo, entre outras. A dislexia é um exemplo, responsável por 15% das reprovações escolares.
São problemas orgânicos que fazem com que as crianças percam a auto-estima que, por sua vez, pode causar ansiedade e depressão. O diagnóstico deve ser precoce para a criança ter a possibilidade de se aproximar do padrão em termos de processamento da informação.
As conhecidas hiperatividade e défice de atenção, aquela predomina nos homens e esta nas mulheres, integram os problemas comportamentais, muitas vezes confundidas com a realidade da má educação.
Rui Vasconcelos, depois de explicar a biologia desta perturbação, aconselhou a toma da medicação, com uma taxa de eficácia de 80%.
Para evitar que dê origem, sobretudo no 2.º e 3.º ciclos, ao insucesso escolar, à marginalização, desprezo pelos outros, baixa auto-estima, ansiedade, tiques, depressão.
Estima-se que entre 5 a 7% das crianças tenham a Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção (PHDA)./NS

Programa do Ciclo de tertúlias

O Ciclo de Tertúlias "Debater a Educação, Perspetivar o Futuro" é uma iniciativa do SPM, através do seu Centro de Formação, que está a percorrer RAM, no presente ano letivo.
Os eventos seguintes já estão programados:

- 4.ª Tertúlia: "A Cultura na Educação" – Machico (15 abril);
- 5.ª Tertúlia: "A importância da Educação nas regiões ultraperiféricas" – Porto Santo – (20 maio);
- 6.ª Tertúlia: "A Educação através das Artes" – Funchal – (8 julho).

São escolhidos ambientes informais e descontraídos, nos quais, a par da troca de ideias, há também oportunidade de convívio.

Se eu fosse… pastel de bacalhau

FOTO: © pixabay/livenlondon

«Numa coisa convergem todos os novos "gurus" da cozinha: os géneros têm que ser de primeira qualidade»

Quem me dera! Estaria, decerto, por todo o mundo. Onde mora um português, há pastéis de bacalhau. Uma saborosa diáspora. Tanto me devora um esfomeado sem-abrigo como me trinca desdenhosamente uma sofisticada "VIP" numa embaixada de Portugal por esse mundo fora. Não sou universal? Claro que sim. Porque, em Portugal e Ilhas Adjacentes, a despeito dos pratos regionais, há pastéis de bacalhau de Valença ao Corvo.

Os noruegueses, fornecem-nos um esplêndido bacalhau. Mas só o comem fresco. Ainda bem. Se descobrem o que se pode fazer com o bacalhau salgado estamos fritos!

Numa coisa convergem todos os novos "gurus" da cozinha: os géneros têm que ser de primeira qualidade. Já repararam na quantidade de programas de culinária que transmite a TV? E revistas de cozinha? Uma perfeita loucura.

Como ia dizendo, para os pastéis ficarem estupendos, a batata também tem de ser boa, os ovos frescos, a cebola e o alho bem aromáticos e a salsa fresca, colhida do vaso ou do canteiro.

Não se necessita daquele "laboratório" dos chefes! Câmara de vácuo, maçaricos, trituradoras, sei lá que mais.

Um alguidar pequeno, uma colher de pau, uma faca e é quase tudo. O pano branco onde se esmaga o bacalhau cozido, era usado até romper e exclusivo dessa operação.

E o formato é sempre aquele que duas colheres de sopa moldam antes de se fritarem em bom azeite. Escorridos em papel de cozinha podem chamar-se "bolinhos" no Brasil, "buñuelos de bacalao", em Espanha. Estão a ver porque é que eu queria ser um pastel de bacalhau! Que fome!

Amélia Carreira

Se eu fosse…

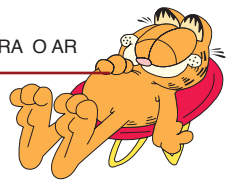
Esta vida é um desacerto
Um constante vacilar
Ou ser isto ou ser aquilo
Um eterno procurar

Se eu fosse o sol queria ser água
P´ra nela me refrescar
Se eu fosse o vento, gostava de ser brisa
Pr´a minha alma amainar
Se eu fosse a lua, queria ser estrela
Para mais poder brilhar
Se eu fosse o mar, gostava de ser rio
Pr´a poder desaguar
Se eu fosse ave, gostava de ser gaivota
E poder beijar o mar
Se eu fosse flor, gostava de ser árvore
Pr´o céu poder alcançar
Se eu fosse pedra, queria ser estátua
E assim me perpetuar
E sendo eu, gostaria de ser tu
Se fosse tu, gostaria de ser eu…

E neste desassossego
Nossa vida vai girando
Sendo isto ou sendo aquilo
Chorando, rindo e sofrendo
Raízes vamos criando
Frutos do tempo colhendo

M-ª Conceição Vieira de Freitas Santos
(nov. 2015)

A sede do Sindicato dos Professores acolheu no dia 10 de fevereiro um desfile de carnaval que envolveu também a Liga Contra o Cancro



Caminhada, concerto e convívio no dia 12 de março de 2016

38.º aniversário do SPM no Fanal e Seixal

Na data em que se assinala o aniversário do SPM reafirmamos e celebramos o espírito sindical. Assim será no dia 12 de março, em que está programada uma atividade fora de portas, no Fanal e Seixal.
A partida do Funchal tem lugar às 9h30 e o regresso às 17h00. Tem o custo de 10 euros para sócios e crianças até aos doze anos (15 euros para não sócio), que inclui transporte, caminhada e concerto do grupo Ecomusicalis, no Fanal, numa simbiose de música com a natureza, e almoço no Seixal. O pagamento deve ser efetuado até 10 de março, com a secretária do SPM ou por transferência bancária (IBAN: PT50003521360002350493038).
Tem lugar ainda uma sessão de homenagem aos sócios com 25 anos de SPM e um sorteio de duas viagens em Catamarã às Ilhas Desertas.
Os antigos líderes do sindicato recordam qual é o espírito sindical do SPM construídos, paulatinamente, com muita dedicação e tenacidade, em longo de várias décadas. Marília Azevedo, na nota prévia do livro "30 Anos em Defesa da Classe Docente", escreve: «Um sindicato que desde sempre se pautou por uma acção sindical consistente, construtiva, enérgica e solidária.»
Adília Andrade, no jornal PROF (#91 de 2012), aquando do lançamento do livro "30 Anos em Defesa da Classe Docente": «Ao longo dos [primeiros] 30 anos […], o SPM assumiu, tal como lhe competia, a defesa dos seus associados, a luta por uma maior dignificação da classe, as reivindicações e aspirações de educadores e professores.»
E acrescentou: «Ao sindicato cabe resistir às pressões de cariz controlador, quer do poder político quer dos partidos políticos, nas áreas que são de exclusiva competência dos trabalhadores.»
Rita Pestana n'A Página da Educação (Outono de 2011): «Os sindicatos estão sempre ao serviço dos professores e são os seus principais defensores, se não únicos.» Isto é, são a força dos professores.
Inscreva-se e venha reafirmar a força do SPM por ocasião do seu 38.º ano de combate em defesa dos docentes e da Educação para todos

Ecomusicalis, música em simbiose com a natureza inspirada na riqueza das inúmeras espécies que compõem a Floresta Laurissilva

Tipicismos

Não tenho a certeza, mas parece-me que com a morte do senhor cego que tocava acordéon no Largo do Chafariz e na Ponte do Bazar do Povo, desapareceram as "figuras típicas" que se viam no Funchal.
Já não há "cauteleiros", já não há ardinas. Não sei se posso englobar aquelas senhoras que vendem macela e outras ervas no fim da Fernão de Ornelas.
Pois pela altura do Natal, a família mais em casa, deu para recordar não só essas figuras típicas da cidade como também os versos de uns "poetas populares" que enfim, eram um pouco "sobre-si" como se diz cá na Madeira.

FOTO: Rui Marote

"Leve um raminho de macela para a saúde, apenas por um euro!" Um pregão comum no Funchal - a macela cura todos os males de estômago

Um deles, natural e residente no Monte, era o autor dos versos que se seguem:

Na Ponta de São Lourenço
Botam foguetes pró ar
Rapaz! Se fores às
Lombadas
Eu vou mais ti!

Atirei um limão verde
À tua porta parou
O limão que não entrou…
Ali há coisa…

Outro poeta, não sei donde, fez os seguintes versos:

Eu ia por ali abaixo
Ia cheio de sede
Encontrei uma fonte
Cheguei lá, voltei pra trás.

Eu tenho uma telefonia
Ela é muito boazinha
Quem quiser "ouvir ela"
Vá mais logo ao Porto Santo.

Vou comprar uns óculos
de sol
E uma telefonia
Que é "pa" quando
eu for na rua
Eles dizerem:
olha aquele inglês
Que vai acolá!

Que tal? Surrealismo é isto mesmo.

Amélia Carreira

Se eu fosse… pedra de calhau…

Eu…
Cinzenta,
Lisa, redonda
Brincalhona!
No calhau
Do meu mar
Carícia de onde
Rolando
Alegre,
Brincando!

Eu…
Também cansaço
E desafio
Ao longo da noite,
Noite sem lua,
Noite, rua e caminho
Em louca procura!

Eu,
Ardente na manhã
Pelo Sol
Beijada e aquecida…
Nunca
Sombra que se escoa
Rendida,
Parada,
Na corrente da vida!

Ou…
Remendo do tempo
No duro do muro.

Eu…
Desafiante…
Outras,
Muitas
Chão e degrau
Pedra de calhau
Adiante…
Carícia de onde
Rolando
Alegre
Brincando!...

Manuela José Velosa de Freitas
(05-10-2015)

FOTO: © pixabay/bagguggi

SPM no Conselho Nacional da CGTP-IN em novo ciclo

Rentabilizar a favor dos trabalhadores

O coordenador do SPM, Francisco Oliveira, foi eleito membro do órgão máximo da CGTP-IN entre congressos, o Conselho Nacional, que se reúne todos os meses. Na sua intervenção no XIII Congresso, Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof, afirmou que Intersindical «não pratica a inércia», nomeadamente na defesa da escola Pública de qualidade e Democrática, luta que deve «unir todos os trabalhadores.»

Além da resistência e da luta, Arménio Carlos, o secretário-geral da CGTP-IN, pretende a «conquista de mais resultados para os trabalhadores», para que se dê corpo a uma «real mudança de política». No discurso de encerramento do XIII Congresso no dia 27 de fevereiro, em Almada, apontou três linhas de ação: desbloquear a contratação coletiva, fazer a rutura com o modelo de precariedade e baixo salário e revogar as normas gravosas das leis laborais.

O «novo ciclo» político encerra «potencialidades» a «rentabilizar a favor dos trabalhadores», sublinhou. Para haver distribuição da riqueza e justiça social./NS

Arménio Carlos foi reeleito secretário-geral após mandato de reconhecida qualidade à frente da CGTP-IN

Menos professores, mais abandono escolar

Professores são os mais descartados na RAM

Docentes são os mais fustigados pela redução de pessoal na Função Pública, na RAM, decorrente dos planos de austeridade. Em quatro anos, a Função Pública regional perdeu 1.736 ativos, 65% destes na Educação, noticiou o Diário de Notícias local (18.2.2016), citando dados da Direção Regional de Estatística da Madeira. Soube-se também que, na Região, um em cada quatro jovens madeirenses, entre os 18 e os 24 anos, abandonou o seu percurso de educação ou formação em 2015. Um aumento de 0,9% face a 2014, segundo anunciou o Instituto Nacional de Estatística. Resultado: menos professores, mais abandono escolar.

MÁRIO NOGUEIRA

SECRETÁRIO-GERAL DA FENPROF

ABRIR CAMINHOS NOVOS

Sob o pano de fundo da defesa e afirmação da Constituição da República, o XIII Congresso da CGTP decorreu enquadrado por seis grandes objetivos reivindicativos: +emprego com direitos; aumento dos salários; + contratação coletiva; + segurança social; + educação; + serviço nacional de saúde. Ficava esclarecido, logo à partida, que este congresso seria oportunidade para, num tempo diferente, encontrar caminhos que defendessem, simultaneamente, os direitos de quem trabalha e as funções sociais que o Estado deverá colocar ao serviço de todos os cidadãos.

Há quatro anos, o conclave sindical confrontava-se com a necessidade de dar resposta a políticas que já então se iniciavam, levadas a cabo por um governo e uma maioria absoluta PSD/CDS, partidos que se tinham apresentado ao eleitorado com críticas ao governo anterior, algumas delas consideradas justas pelos portugueses. Esconderam aqueles partidos, porém, as suas alternativas.

Os portugueses não esperavam que aquele governo assumisse políticas muito positivas para o país, pois sabiam que o governo anterior, bem como os partidos à sua direita e que agora governavam, tinham assinado com FMI, UE e BCE um acordo que ameaçava ser garrote social, económico e também político, asfixiando a própria democracia. O que não previam é que a direita, identificando-se completamente com as políticas da troika, decidisse ir muito mais longe do que aquela havia imposto na sua sanha anti-social.

Na sequência das políticas então desenvolvidas, o desemprego disparou, os salários minguaram, as carreiras profissionais congelaram, os impostos agravaram-se e a emigração, essencialmente jovem, entrou numa espiral vertiginosa. Simultaneamente, foram impostas severas restrições orçamentais ao funcionamento dos serviços públicos, sendo concretizado um dos maiores ataques jamais desferidos contra as funções sociais do Estado. Na Educação, surgiram indícios preocupantes de quebra de qualidade educativa e formativa, o desemprego docente atingiu níveis inéditos, foram encerradas milhares de escolas e, resultado das políticas desenvolvidas, o insucesso escolar no ensino básico voltou a aumentar.

Em 2012, o tempo era de resistência e a CGTP definiu, em Congresso, uma estratégia de ação que correspondia a esse tempo. Apesar de as expetativas em conseguir algo de positivo serem praticamente nulas, a CGTP nunca desistiu de lutar contra a adversidade e fê-lo fazendo sempre acompanhar o protesto de propostas, o que credibilizou a própria luta levando a que, mesmo no período mais difícil, os níveis de participação fossem muito significativos.

O tempo agora é outro e a CGTP sabe disso. É um tempo que responsabiliza mais as organizações sindicais, desde logo a sua central sindical. As condições políticas que hoje existem são mais animadoras, até porque algumas das iniciativas já desenvolvidas pelo atual governo eliminaram ou iniciaram processos de revogação de algumas das medidas mais negativas que se abatiam sobre os trabalhadores, logo, também os professores.

À CGTP neste congresso, como à FENPROF no seu, que se realizará em abril, o desafio que se colocou foi o de estabelecer estratégias para ação presente e futura. Uma ação que deverá iniciar-se nos locais de trabalho, a debater e construir propostas, que irá passar pelos espaços institucionais onde a negociação terá lugar e poderá desaguar numa forte torrente de luta, normalmente decisiva para a obtenção de resultados favoráveis a quem trabalha.

Foi, por isso, um congresso importante que mune a CGTP de instrumentos, já não tanto para resistir, mas, essencialmente, para abrir caminhos novos, ainda que o projeto do atual governo ainda não seja claro e, verdade se diga, o Orçamento do Estado para 2016 não o esclareça e, em algumas matérias, não ajude a desvanecer preocupações.

Do seu 13.º Congresso, não saiu uma CGTP diferente. Saiu, isso sim, uma organização preparada para uma nova realidade que lança novos apelos, gera novos desafios e impõe um movimento sindical ainda mais atuante.